

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
MBA EM NEGOCIAÇÃO FINANCEIRA

Guido Ludtke

AGRICULTURA FAMILIAR EM SÃO LOURENÇO DO SUL –
REFLEXÃO SOBRE A INADIMPLÊNCIA E SOLUÇÕES

São Lourenço do Sul

2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
MBA EM NEGOCIAÇÃO FINANCEIRA

Guido Ludtke

AGRICULTURA FAMILIAR EM SÃO LOURENÇO DO SUL –
REFLEXÃO SOBRE A INADIMPLÊNCIA E SOLUÇÕES

Trabalho apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul – ensino a distância, como pré-requisito para a obtenção do Certificado do curso de MBA executivo em Negócios Financeiros.

Orientador: Prof. Luis Felipe Nascimento

Tutor(a): Juliane Viegas Aramburu

São Lourenço do Sul

2007
Guido Ludtke

AGRICULTURA FAMILIAR EM SÃO LOURENÇO DO SUL – REFLEXÃO SOBRE A INADIMPLÊNCIA E SOLUÇÕES

Material para consulta na homepage da Biblioteca da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, disponível em <https://biblioteca@ea.ufrgs.br> / Normas para Apresentação de Trabalhos Acadêmicos.

Conceito final:

Aprovado em/...../.....

BANCA EXAMINADORA

DEDICATÓRIA

Agradeço aos familiares pela paciência que tiveram nos momentos de disputa pelo computador, nos momentos em que o lazer foi deixado de lado, aos mestres e tutores pelos ensinamentos repassados, aos colegas que interagiram virtualmente e pessoalmente para discussão dos temas abordados e a todos os que de alguma forma colaboraram para a realização de mais esta etapa da minha vida.

AGRADECIMENTOS

BANCO DO BRASIL S.A

Valter Luis de Barros – Gerente da Agência do BB em São Lourenço do Sul

Conselho Agropecuário Municipal – CAPEC

EMATER - RS

Sindicato dos trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul

RESUMO

Com a aparição do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, nos anos de 1990, bastante verba oficial do governo tem sido injetada na produção primária do país, procurando inserir as famílias de pequenos produtores rurais na produção, principalmente, de produtos destinados ao abastecimento interno, ou seja, alimentos. O objetivo principal é o de evitar o êxodo rural, que tanto mal causa às cidades que não tem conseguido dar a devida assistência com o inchaço de sua periferia. Os métodos de produção utilizados pelos pequenos agricultores, no entanto, não tem atingido seus objetivos porque perdura a ausência de renda no campo e a inadimplência de boa parcela deles, e seus filhos cada vez mais abandonam o meio rural. Este estudo de caso teve o objetivo de identificar as principais causas da ausência de renda e capital de giro no campo a fim de contribuir com a geração de emprego e renda nesta região. A conclusão mostra que melhores métodos de produção e de administração da propriedade rural poderiam melhorar essa situação.

PALAVRAS CHAVES

Pronaf, produtividade, administração, renda, desenvolvimento rural.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	
1.1 Contexto.....	08
1.2 Tema e sua Delimitação.....	08
1.3 Problemática.....	09
1.4 Problema de Pesquisa.....	10
1.5 Objetivo Principal.....	11
1.6 Objetivos Específicos.....	11
1.7 Justificativa.....	11
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	11
2.1 O Pronaf.....	14
2.2 Sistemas de Produção.....	15
2.3 A Questão da Renda no Campo – O Capital de Giro.....	16
2.4 A Questão do Atravessador.....	17
2.5 A Ausência de Renda ou Percepção da falta dela.....	18
3 METODO.....	18
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	19
4.1 A Monocultura do Fumo.....	20
4.2 Os Produtos de Subsistência.....	21
4.3 A Administração da Propriedade.....	21
4.4 As Tecnologias.....	22
4.5 A Produtividade.....	23
4.6 A Inadimplência.....	24
4.7 O Capital de Giro.....	26
5 CONTRIBUIÇÕES E CONCLUSÃO.....	28
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	30
ANEXO I.....	31
ANEXO II	33

1INTRODUÇÃO

1.1Contexto

O município de São Lourenço do Sul fica situado a 65 quilômetros de Pelotas e a 200 quilômetros de Porto Alegre, na zona sul do estado. Possui uma área de 2.026,50 km². Possui uma população de 42.167 em 2007, contra 43.698 em 2000. Em 2004, a população urbana era de 26.192 habitantes contra 23.468 em 2000, enquanto a população da zona rural era de 18.766 contra 20.230 nos mesmos períodos. A Pirâmide Etária da população do município em 2005, situava a maior concentração na faixa dos 15 aos 29 anos de idade. Possui mais ou menos 4.000 pequenas propriedades rurais dedicadas a agricultura familiar, representando aproximadamente 96% do total de propriedades e ocupando uma área que representa 58% da área agrícola do município, ou seja, cerca de 95.025 hectares.

As principais atividades econômicas do município em termos de agricultura são, o arroz, a soja e a pecuária de corte, realizadas pelos produtores rurais empresariais e, o fumo, o milho e a produção de leite, realizadas principalmente pela agricultura familiar. Produz-se ainda, feijão, batata inglesa, batata doce, amendoim, cebola, alho, entre outros. Possui instalado na zona rural, localidade de Boa Vista, uma Cooperativa Mista de Pequenos Produtores Rurais - COOPAR, fundada em 1992 por 41 associados, e uma Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária – CRESOL. Uma usina de beneficiamento de leite de pequeno porte fundada por um casal de agricultores com apoio de seus pais e uma unidade de beneficiamento de leite de médio a grande porte, da ELEGÊ. É um município que não tem grandes indústrias para absorver a mão de obra produzida, tendo esta que migrar para centros maiores, fato confirmado pelo último censo do IBGE (2007) que constatou diminuição da população lourenciana em 3,49%, comparado ao censo do ano 2000.

1.2Tema e sua Delimitação

Agricultura familiar em São Lourenço do Sul - Reflexão sobre problemas da inadimplência.

1.3 Problemática

Na década de 70 e 80, a economia do país estava envolta em altas taxas de juros, altas taxas de inflação, escândalos, crise do petróleo (a primeira foi em 1974), e tentativas de soluções. O setor agrícola estava sendo financiado a altas taxas de juros mais correção monetária, o que praticamente inviabilizou o setor e, em 1995, o governo teve que lançar mão da securitização das dívidas agrícolas. Os pequenos agricultores já não financiavam mais a sua atividade. Só retornaram aos bancos a partir de 1997, com a implementação de taxas de juros fixas, ainda altas para o setor.

Desde então, muitas reportagens em jornais, revistas, radio e televisão, abordaram o tema do endividamento do setor agropecuário. Uma coisa é certa. Se a agricultura vai mal, isso afeta todos os outros setores da economia do município, estados e país.

A migração do campo para a cidade foi enorme, diante das dificuldades no meio rural. Muitos venderam suas terras para viverem de rendas com a implantação dos Planos Econômicos, vislumbrando estabilidade no mercado. Em 1990, com o bloqueio dos recursos pelo Plano Collor, muitos não puderam comprar outra área ou o imóvel que pretendiam, e, quando finalmente o dinheiro foi liberado, sequer podiam comprar a metade do inicialmente previsto.

Durante a década de 90, foi criado o PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - destinado especificamente aos pequenos produtores rurais. No entanto, os problemas no campo continuam. Fatores climáticos foram cruciais nos últimos anos. Os preços dos produtos agrícolas estão defasados. O custo dos insumos exorbitante.

Por outro lado, a perspectiva de uma maior renda fez com que a maioria dos produtores familiares do município abandonasse a diversificação de culturas para se dedicarem quase que exclusivamente a monocultura do fumo. De fato, durante vários anos foi a única fonte de renda abundante no meio rural. Com a monocultura, grande parte dos pequenos produtores rurais passou a comprar produtos de subsistência que deixaram de produzir, frango de aviário, que deixaram de criar e até o pão, pois nem isto produzem mais. O combate ao fumo, a adesão do Brasil a Convenção Quadros, que prevê a substituição gradual do cultivo do fumo por outras

culturas, está colocando o agricultor diante de uma situação nova . Como sobreviver na agricultura?

Discute-se um problema com relação aos preços dos produtos agrícolas, já que existe o "atravessador", o intermediário que faz o produto sair da lavoura para o centro consumidor. Seria ele mesmo um problema? Ou seria ele um mal necessário, uma vez que o produtor individualmente não tem condições de levar seu produto ao consumidor? Muitos agricultores perdem dinheiro ao não vender seus produtos, esperando melhores preços. Quando os preços não melhoram, acabam vendendo sem lucro ou até mesmo jogando produtos fora. Não são poucos os que vendem seus produtos na época de pior preço. Não existe a consciência da idéia do "capital de giro", da reserva de recursos de liquidez imediata, com o que seria minimizado esse aspecto. O investimento dos poucos recursos em conforto e modernidades é outro aspecto que faz com que a renda no campo fique diminuída, ou que pareça menor.

Às ações de governo, como a da criação do PRONAF, tem se juntado outras, como as que integram os DRSs – Programas de Desenvolvimento Regional Sustentável – um programa do Banco do Brasil que visa o desenvolvimento amplo de determinadas regiões, baseado nas premissas de ser economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto, procurando atingir o maior número possível de pessoas a serem beneficiadas - , a aquisição de produtos da agricultura familiar pelo programa de Merenda Escolar, e a concessão de bônus no pagamento dos custos das atividades financiadas quando o preço de mercado do produto se situa abaixo do preço mínimo. Mas parece que esses mecanismos por si só não são suficientes para resolver a situação. Por isso surgem as seguintes questões: por que ocorre o endividamento do setor agropecuário? O sistema de produção e da administração da atividade pode resolver a situação?

1.4 Problema de Pesquisa

Neste sentido, essa pesquisa visa abordar principalmente 4 questões:

1. Quais as principais causas do endividamento rural?
2. Porque a produtividade média em São Lourenço do Sul é inferior em relação a municípios do norte do Estado?
3. Quais as causas da falta de capital de giro?

4. Quais os principais problemas da falta de renda no campo?

1.5 Objetivo Principal –

Identificar as principais causas da baixa produtividade, do endividamento do produtor familiar de São Lourenço do Sul e da ausência de renda e capital de giro no campo a fim de contribuir com a geração de emprego e renda nesta região.

1.6 Objetivos Específicos –

- a. Identificar as técnicas de produção adotadas pelos produtores, tendo em vista a baixa produtividade;
- b. Identificar o entendimento que o produtor tem da sistemática do “capital de giro”, a exemplo das empresas;
- c. Identificar situações de “sensação de falta de renda” no campo e sua compreensão;
- d. Identificar quais as formas de administração da propriedade que são adotadas pelos produtores, visando contribuir com melhorias na produtividade.

1.7 Justificativa

Essa pesquisa justifica-se pelo motivo de que é preciso achar meios mais eficientes de melhorar a renda no meio rural. Isto porque a Agricultura Familiar tem capacidade de absorver a mão-de-obra existente e gerar a renda necessária para o bem estar do homem do campo, evitando a migração de contingentes expressivos de trabalhadores rurais para a periferia das cidades, onde não vão ter condições de sobreviver dignamente pela falta de oportunidade em vista da qualificação que lhes falta.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O setor agrícola é responsável pela produção de alimentos, nas mais diversas regiões do mundo, juntamente com a exploração da natureza no que tange a coleta de alimentos produzidos sem a intervenção do homem para seu cultivo, como é o caso das essências nativas, castanhas, avelãs, e outras. A agricultura explorada pelos pequenos agricultores é a chamada Agricultura Familiar, sendo assim chamada por usar prioritariamente mão de obra da família e explorar pequenas propriedades, basicamente com culturas de subsistência. A modernização do parque de máquinas, usadas na exploração da agricultura, tem transformado nossos campos de cultivo em enormes áreas contínuas de culturas pertencentes a poucos proprietários, o que chamamos de agricultura empresarial, ou comercial. Esse setor basicamente produz produtos de exportação, como soja, milho, arroz e trigo.

O que é agricultura familiar? O Ministério do Desenvolvimento Agrário define assim: A agricultura familiar é uma forma de produção onde predomina a interação entre gestão e trabalho; são os agricultores familiares que dirigem o processo produtivo, dando ênfase na diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado.

Como todos os setores ligados ao agro negócio, a Agricultura Familiar também tem sofrido dos mesmos males da agricultura comercial, com um agravante. Os recursos disponíveis para enfrentamento de problemas de safra são menores. As estiagens dos últimos 3 anos, safras 2003/2004; 2004/2005 e 2005/2006, castigaram muito os agricultores de nosso município – São Lourenço do Sul - que perderam praticamente 100% de todas as culturas exploradas, inclusive na exploração leiteira. Nas safras 2003/2004 e 2004/2005, houve a decretação de estado de calamidade pública por parte do poder público municipal, pois até de água potável não se dispunha em quantidade suficiente no interior. Água para os animais foi outro grande problema, em parte sanado com a abertura emergencial de barreiros e poços em lugares úmidos.

Não fosse somente o problema da perda da produção, o preço dos produtos agrícolas, com toda a escassez, não foi suficiente para remunerar suficientemente a quem ainda conseguiu alguma produção, devido aos problemas de exportação de carne de aves, suínos e bovinos, causados pela gripe aviária na Ásia e Europa e febre aftosa no Brasil.

Outro fator que merece estudo, ou uma análise mais detalhada, é o caso da produtividade das principais culturas exploradas pelo agricultor familiar. As

tecnologias de produção adotadas colocam o município de São Lourenço do Sul com uma produtividade média muito inferior às regiões do norte do Estado do RS.

De uma maneira geral, o agricultor familiar vem se queixando de que não adianta mais produzir, pois os produtos primários não têm preço de mercado remuneratório e, muitas vezes, nem mercado. Culpam as importações, os atravessadores e a falta de uma política agrícola por parte do governo federal. É isso que dizem os líderes de entidades representativas dos agricultores, como se pode ver em noticiários da imprensa escrita e falada, e mesmo no recinto da Agência do BB.

O Banco do Brasil encerrou o ano de 2006 com um índice de inadimplência em torno de 2%, sendo o maior dos últimos seis anos. Derci Alcântara, vice-presidente de agro negócios do BB, atribui esse resultado à crise dos grãos desencadeada nos dois últimos anos, com a queda dos preços das commodities no mercado internacional, fator que levou muitos agricultores a renegociar suas dívidas. O índice de inadimplência no BB nos últimos anos ficou abaixo de 1%. "Com a recuperação dos preços das commodities agrícolas, a expectativa é de que o índice de inadimplência volte a recuar", disse. Em 2006, o BB fez o refinanciamento de 330 mil operações de crédito rural. As dívidas, nesses contratos, atingiram R\$ 5,8 bilhões.

Para que se vislumbre uma luz no túnel, é necessário analisar o que é produzido, de que forma e quanto. Onde é vendido e o quanto gera de renda para o produtor familiar e, em última instância, o que o produtor faz com essa renda. Quanto a participação oficial do governo, temos a posição do governo federal. "O BB quer ampliar o seguro rural. Maior instituição financiadora do agronegócio, o BB pretende aplicar R\$ 33 bilhões na safra 2006/07, dos quais R\$ 6 bilhões para agricultura familiar. Em relação a 2005/06, houve um crescimento de 22% dos recursos financiados. A cada safra, o banco tem aumentado os recursos para a agricultura. Desde 2002/03, o banco mais que dobrou o financiamento, quando à época financiou R\$ 15,2 bilhões. Segundo Alcântara, o aumento de recursos controlados para o financiamento do custeio da agricultura empresarial é um dos fatores que influenciaram positivamente a safra atual. Já no caso da agricultura familiar, o BB acredita que é possível chegar a 1,5 milhão de contratos nos próximos três anos. Hoje, há 1,05 milhão. Há três anos, eram apenas 600 mil. Cerca de 91%

destes contratos são de até R\$ 30 mil. "É uma carteira bastante pulverizada", afirmou Alcântara. A diretoria de agronegócios do BB pretende focar as suas forças em quatro pontos em 2007: armazenagem de produtos em fazendas, reflorestamento, bioenergia e agricultura familiar. Alcântara também informou que o banco pretende participar ativamente do projeto do governo federal de lançar planos de safra de longo prazo, de 4 a 10 anos. Os planos de safras atuais são anuais. "Temos que ter planos mais perenes. "O banco quer trabalhar na desburocratização do crédito rural.

2.1 PRONAF

O PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, é um Programa de apoio ao desenvolvimento rural, a partir do fortalecimento da agricultura familiar como segmento gerador de postos de trabalho e renda. O Programa é executado de forma descentralizada e tem como protagonistas os agricultores familiares e suas organizações.

A origem do PRONAF vem no bojo de políticas públicas do Governo Federal, com orientação do Banco Mundial, para amenizar ações e mobilizações, que há muito tempo emanavam do setor familiar e que afloraram com maior intensidade na década de 1990. As reivindicações por políticas específicas para a agricultura familiar ganharam destaque durante a Constituinte em 1987, com a elaboração, pelas entidades representativas, de uma proposta de lei agrícola, a qual incluía uma política de crédito voltada para a agricultura familiar. Constatou-se que a concentração fundiária era um impeditivo para o crescimento econômico dos países. As diretrizes do Banco Mundial priorizaram medidas para redução da desigualdade e pobreza rural. A criação do PRONAF acontece em 1996, no governo Fernando Henrique Cardoso, em um ambiente de forte pressão política exercida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, e outras entidades representativas.

O objetivo do PRONAF é o de construir um padrão de desenvolvimento sustentável para os agricultores familiares e suas famílias, visando o aumento e a diversificação da produção, com o conseqüente crescimento dos níveis de emprego e renda, proporcionando bem-estar social e qualidade de vida.

A agricultura familiar é um setor que é responsável por, 67% da produção nacional de feijão, 97% do fumo, 84% da mandioca, 31% do arroz, 49% do milho, 52% do leite, 59% de suínos, 40% de aves e ovos, 25% do café, e 32% da soja. A agricultura familiar ocupa 30,5% da área total dos estabelecimentos rurais, produz 38% do Valor Bruto da Produção (VBP) nacional e ocupa 77% do total de pessoas que trabalham na agricultura. Por isso, a agricultura familiar é um meio eficiente de reduzir a migração do campo para a cidade.

Os esforços, de uma maneira geral, para fortalecer a agricultura familiar, estão direcionados para:

- Atuar em função de demandas estabelecidas pelos agricultores familiares e suas organizações;
- Estabelecer compromissos negociados, como forma de obter apoio e fomentar processos autenticamente participativos e descentralizados;
- Viabilizar a produção, a industrialização e a comercialização de produtos gerados na agricultura familiar, mediante o acesso ao crédito, pesquisas, novas tecnologias, assistência técnica e extensão rural, profissionalização, dentre outros fatores;
- Possibilitar a implantação, ampliação, modernização e racionalização da infraestrutura produtiva e social no meio rural;
- Agilizar os processos de trabalho, para que os benefícios do Programa sejam rapidamente apropriados pelos agricultores familiares e suas organizações;
- Buscar a participação dos agricultores familiares e suas organizações em colegiados, assegurando-lhes o protagonismo nas iniciativas do Programa;
- Promover parcerias entre os poderes públicos e o setor privado para o desenvolvimento das ações previstas;
- Estimular e potencializar experiências de desenvolvimento nas ações de educação, formação, pesquisa, produção, entre outras, que estão sendo executadas pelos agricultores familiares e suas organizações;
- Garantir aos agricultores familiares a conquista da cidadania;
- Implantação do programa de DRS – Desenvolvimento Regional Sustentável – que visa o desenvolvimento do maior número possível de pessoas e famílias de uma determinada região geográfica, através de projetos economicamente viáveis, socialmente justos e ambientalmente corretos.

2.2 Sistemas de produção

A região de São Lourenço do Sul, é formada em quase sua totalidade, por imigrantes de origem alemã, notadamente pomeranos, assim ditos os que vieram da região da Pomerânia, uma das províncias do antigo Império Austríaco, antes da unificação por Bismark. É um povo muito trabalhador, porém, falta-lhes uma consciência mais crítica a respeito do que fazem e como o fazem. A dificuldade no preenchimento do questionário foi enorme para a maioria dos respondentes. Existe uma espécie de medo diante de situações novas, como essa por exemplo, o que também se reflete no dia a dia do produtor na sua atividade rural.

Uma das formas de produção bastante eficientes para melhorar a produtividade das principais culturas é o uso de tecnologias adaptáveis a cada caso. O plantio direto, que consiste no plantio da semente diretamente no solo sem que o mesmo seja lavrado, ou seja, mantendo-se uma cobertura vegetal sobre o mesmo, é uma das técnicas mais empregadas pelos produtores mais eficientes. A cobertura vegetal, se não existente naturalmente, poderá, e esse é o caso mais freqüente, ser providenciada com o plantio anterior de variedades apropriadas para o fim. Na época oportuna, essa vegetação é dessecada com herbicidas apropriados e então é realizado o plantio da cultura comercial. A cobertura vegetal não permite que ocorra a erosão, a lixiviação e a compactação do solo, quando da precipitação das chuvas, previne a emergência de plantas daninhas, evita a evaporação da umidade do solo em épocas de estiagem e previne o excessivo aquecimento do solo em épocas de sol forte no verão. O uso dessa tecnologia durante vários anos resulta numa qualidade de solo impressionante em termos de qualidade e fertilidade. As conseqüências disso são altas produtividades que em suma significam maiores lucros com menor despesa. Estados como o Paraná usam essa tecnologia há mais de 40 anos. Municípios da região de Passo Fundo e Cruz Alta também já a usam há mais de 20 anos.

2.3A questão da renda no campo – o capital de giro

Citando como exemplo uma empresa qualquer, ela muito provavelmente não terá sucesso se não tiver um bom capital de giro, ou fontes onde obtê-lo. De forma análoga, o produtor rural pode e deve ser considerado como uma empresa. Mesmo o agricultor familiar. As características comerciais são semelhantes. Se o agricultor

familiar, no nosso caso, não tiver uma reserva financeira, ou seja, um capital de giro, ele será obrigado a vender seu produto quando da necessidade de recursos líquidos para honrar seus compromissos financeiros. O que ocorre é que os compromissos financeiros da atividade agrícola sempre ocorrem numa mesma época e para todos os produtores, pois a agricultura vive de safras. Isto ocorre quando do momento de liquidar seus financiamentos junto às instituições financeiras, ou mesmo, porque é época de comprar insumos para a nova safra, tanto para quem financiou quanto para quem plantou com recursos próprios. Ocorre então, uma concentração de oferta de produtos que ocasiona uma queda de preços muito acentuada, diminuindo a rentabilidade do setor.

2.4A questão do atravessador

Muito se tem falado na figura do atravessador, considerando-se esse personagem, no comércio dos produtos agrícolas, um ente nocivo e que seria o culpado pela baixa rentabilidade dos produtos agrícolas. Atribui-se a ele a culpa pelos baixos preços, como sendo a parte que mais lucra e menos riscos corre. Esse pensamento está correto, em teoria. Na prática, o atravessador é o comerciante que investe em meio de transporte, custos com funcionários, encargos sociais, custo de manutenção de uma empresa, pois geralmente é uma empresa individual, prospecta mercado e faz o produto sair do meio rural para o consumidor. É lógico que não trabalha de graça e, muitas vezes arca com o prejuízo com a inadimplência de seus compradores. É verdade também, que muitas vezes, pode existir a exploração da pessoa humilde do agricultor por parte desse personagem. O agricultor, sozinho, não tem condições de fazer o seu produto chegar aos locais de consumo, muito menos de prospectar negócios. A solução viria do associativismo em cooperativas, o que já é uma realidade em muitas regiões e também começa a surgir de forma insípida em nosso município.

Muitas vezes, ocorre ainda uma coisa muito estranha na comercialização dos produtos agrícolas. O atravessador, comerciante que prospecta mercado e forma uma clientela de compradores, (comerciantes de mercearias, mini-mercados, pequenos e supermercados, ou o *buteko* da esquina) que são abastecidos periodicamente, tem dificuldade em adquirir a mercadoria do produtor rural, principalmente quando há rumores de que o preço de determinada mercadoria tem

expectativa de suba, mesmo que ele repasse o aumento ocorrido para o produtor. Só que, se num segundo momento a expectativa mudar para uma queda de preços, todos os produtores querem aproveitar para vender seus produtos ao mesmo tempo, e assim conseguir o valor mais alto possível pela sua mercadoria. Neste momento ocorre a frustração do produtor em relação ao “atravessador”, pois este não adquire a mercadoria para estoque, sabendo que se o fizer, estará trabalhando com prejuízo, uma vez que, quando for abastecer seus compradores, o preço poderá ter caído ainda mais, o que não raras vezes se concretiza. O que se observa é que não existe a idéia de parceria por parte do produtor, em relação ao “atravessador”. Esta idéia de parceria consiste em vender seu produto sempre, ao longo do ano, pensando no conceito de “preço médio” obtido. Dessa forma, o produtor poderia ir vendendo seus produtos até que começasse a obter lucro na atividade, deixando para a especulação somente o excedente. E o comerciante não correria o risco de perder seus clientes compradores, o que agravaria ainda mais a situação, pois terá produtos suficientes para manter o abastecimento regular.

2.5A ausência de renda ou percepção da falta dela

Quando em conversa com nossos agricultores familiares, no âmbito da Agência ou fora dela, a queixa sempre é a mesma. A de que a renda da lavoura não é mais a mesma. Fazem comparações com anos, ou mesmo décadas anteriores, em que utilizam a comparação entre quantidade de produto necessário para aquisição de uma determinada unidade de insumo adquirido. Nota-se, que normalmente, a comparação utilizada é a que melhor resultado proporcionou em determinada época com a de pior resultado atual. Outra comparação é a de que em outras épocas sobrava dinheiro para guardar “debaixo do colchão” ou adquirir mais propriedades rurais. O fato é que há alguns anos atrás, o agricultor não tinha em sua propriedade a luz elétrica, e todos os eletrodomésticos daí decorrentes, como geladeiras, freezers, fornos elétricos, televisores, aparelhos de som, etc..., nem tratores, carros, celulares e outros. Todas essas “modernidades” representam custos que nem sempre são levados em conta.

3 MÉTODO

O Banco do Brasil S.A, é uma empresa de economia mista do setor financeiro, com 51% de suas ações sendo do governo federal. Neste sentido, executa grande parte das políticas públicas, entre estas, o atendimento ao setor agrícola. A Agricultura Familiar faz parte destes objetivos e a Agência de São Lourenço do Sul, Rio Grande do Sul, é uma das que atende mais de 2.000 clientes por safra, com financiamentos destinados a investimentos e ao custeio das atividades rurais.

A pesquisa realizada adotou o método de "estudo de caso", pois esse trabalho precisa responder perguntas do tipo "como e porque". Foram distribuídos questionários, aleatoriamente, entre os produtores rurais da Agricultura familiar, clientes da Agência, quando do seu comparecimento mensal às reuniões do Conselho Agropecuário Municipal – CAPEC, para que respondessem ao mesmo sem identificar-se, e o devolvessem posteriormente. Também, foi feita a entrevista com o mesmo questionário, na Agência, com outra parcela dessa população, pois muitos só comparecem à Agência esporadicamente. Foram 25 questionários devolvidos pelo público respondente.

Da mesma forma, foi solicitado à Associação Sulina de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater e ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, para que respondessem a um questionário com perguntas específicas.

O trabalho basicamente é descritivo e dessa forma é feita uma análise de conteúdo e estatística em relação às respostas obtidas nos questionários e entrevistas. Também foram utilizados os conhecimentos práticos, experiências e observações pessoais adquiridos em vinte e sete anos de atuação junto a esse público na Agência, ouvindo suas queixas, lamentações, críticas e sugestões. Dados secundários coletados também foram usados na pesquisa.

4ANÁLISE DOS RESULTADOS

Por simples amostragem das propostas de investimento que foram atendidas durante o ano de 2006 e 2007, na Agência do Banco do Brasil de São Lourenço do Sul, percebe-se que 85% dos proponentes são produtores de fumo e tem nessa cultura a sua principal fonte de renda. Dentre estes, a segunda cultura comercial mais informada é a da produção de milho, em alguns casos a soja e a produção de leite. As outras culturas informadas são apenas para sua própria subsistência e ou para a alimentação dos animais da propriedade. Os outros 15 % dos proponentes, são produtores que tem uma atividade mais diversificada, incluindo também a produção pecuária, notadamente a produção de leite. A maioria das propriedades situa-se ao redor de 21 hectares em média, cerca de 83% do total, enquanto a média do município gira ao redor de 25 hectares.

4.1A monocultura do fumo

Uma característica das famílias de produtores de fumo é a de que plantam atualmente uma área muito maior do que há 20 ou 30 anos, mesmo com a redução do número de pessoas na unidade familiar, seja pelo menor número de filhos, constatado pelo censo do IBGE, em 2007, (publicado em Zero Hora em 01 de setembro de 2007 a redução de 3,49% na população de São Lourenço do Sul), seja pela migração dos jovens para as cidades para completar a sua formação (e que não retornam às unidades familiares para fomentar a produção agrícola) ou buscar trabalho remunerado no comércio. Isto, em parte, é justificado por novas formas de execução dos trabalhos, através de novos processos e tecnologias, mas principalmente pela dedicação quase que exclusiva a essa cultura.

Começa aqui o primeiro problema que o agricultor não percebe. Além do aumento da oferta de produto pela maior produção, pois planta área muito superior a acordada com a empresa fumageira, e como não tem mão de obra suficiente para atender a todos os trabalhos em tempo hábil, e, não quer perder produto na lavoura, preocupa-se somente em fazer a colheita o mais rapidamente possível, realizando a secagem do produto em tempo inferior ao necessário, o que resulta em queda de qualidade. Relatos de produtores dão conta de que muitos fazem a secagem de uma

estufa carregada em apenas 5 dias, quando o correto e ideal seria de 7 dias, variando pouco em função do clima. A consequência são preços menores pelos dois fatores citados e perda de rentabilidade da propriedade. Em decorrência, sua situação financeira fica ainda mais comprometida, pois, como os insumos para a formação da lavoura foram financiados pela empresa fumageira, esta retém o valor dos produtos entregues até a quitação total dos débitos, não sendo raros os casos em que o produtor nada ou muito pouco recebe pela sua safra. Além disso, neste período de colheita, o produtor geralmente abandona seus outros compromissos financeiros, acabando por pagar juros, multas e taxas em contas correntes, cheques especiais e afins. Preocupado somente em colher o produto, não se apercebe de que está ganhando por um lado e perdendo de outro. Poderíamos até dizer que está perdendo dos dois lados. A produção excedente a acordada com a empresa fumageira, geralmente é vendida para pequenas fábricas de fumo, ou mesmo para especuladores que compram o produto para revendê-lo posteriormente. Mas nem para efetuar essas vendas o produtor pára os serviços de colheita e prepara produto para venda.

4.2 Os produtos de subsistência

Com essa concentração das atividades basicamente em uma só cultura, tem-se observado um fenômeno difícil de entender, em se tratando de agricultores familiares. Ocorre que a grande maioria, como já disse anteriormente, adquire os produtos de subsistência de terceiros, alegando não ter tempo para produzi-los, que *não paga a pena perder tempo com hortas, que, fica mais em conta comprá-los, e que, o ganho com o fumo compensa a aquisição desses produtos*. Esses terceiros são os já mencionados atravessadores, que descobriram esse nicho de mercado e o atendem, percorrendo o interior do município com seus caminhões, efetuando as vendas de casa em casa, em determinados dias da semana, com os produtos adquiridos dos agricultores que ainda os produzem ou mesmo adquiridos do CEASA, de Porto Alegre.

4.3A administração da propriedade

Em termos de administração da propriedade, são muito poucos os que fazem algum tipo de controle, como por exemplo, anotar todos os custos e rendas. Muitos exploram determinada atividade porque sempre foi assim na propriedade, de geração em geração, porque gostam daquela atividade ou simplesmente por medo de mudar para atividades diferentes, com receio de que poderá não dar certo ou não ter para quem vender. Aqui nota-se novamente que, se o dito atravessador não prospectar mercado para esses novos produtos, o agricultor realmente não terá para quem vender seu produto. Surge o dilema: o atravessador é um mal necessário ou deve ser considerado um elo importante na cadeia do agronegócio?!

Normalmente, os produtos colhidos são vendidos e o resultado obtido é usado para o pagamento dos financiamentos tomados, para a manutenção da família, realização de alguns melhoramentos na propriedade, reinvestimento em outras culturas ou na nova safra, sem que se tenha a real situação se aquela atividade deu bons resultados ou não.

4.4As tecnologias

Em termos de tecnologia, alguns produtores já estão usando a cobertura vegetal na entressafra, períodos de inverno, principalmente os produtores de leite, que vem sendo incentivados pelos departamentos técnicos das empresas de laticínios, para evitar a erosão e melhorar a estrutura física do solo. Mas, ainda, são muito poucos os agricultores que usam o plantio direto em sua propriedade, No nosso levantamento, apenas 23% dos questionários responderam positivamente a essa questão. Muitos produtores até plantam a aveia, para formação da cobertura vegetal, só que, cometem o erro de soltar os animais, bois, vacas, cavalos, para o pastoreio, e, fazem o plantio nessa área, praticamente sem palha e solo compactado pelo pisoteio. Ou ainda, falta-lhes persistência para insistir no método por anos seguidos, pois desanimam porque não obtiveram resultado satisfatório já no primeiro ano de aplicação do sistema, quando se sabe que os resultados prometidos melhoram sensivelmente a partir do terceiro ano de uso da tecnologia. Outros fatores limitantes ao uso do plantio direto, além do fator cultural, são em relação à topografia do terreno, que muitas vezes é acidentada, e a falta de máquinas e implementos adequados, como por exemplo, plantadeiras de plantio direto, que são apropriadas para esse tipo de cultivo.

A adubação verde, embora não fazendo parte do nosso questionário nenhuma pergunta a respeito, é outro método de melhoramento de solo pouco usado no município, pelo que temos constatado em conversas informais no âmbito da Agência. Felizmente, a correção de solo com calcário, já é feita pela maioria dos agricultores, sendo, inclusive, o tipo de investimento priorizado pela Agência quando do início das contratações de investimento em 1999. Questões como o uso de sementes de alto poder de produção, não faz parte do dia a dia do pequeno produtor, pelo alto custo que representam, mas sendo usadas sementes de potencial de produção médio, principalmente no caso do milho em que são usadas sementes do sistema troca-troca da Secretaria Estadual da Agricultura. O uso de fertilizantes também não está sendo feito de acordo com as melhores técnicas, embora todo o trabalho de esclarecimento que é feito pelos técnicos e agrônomos da Emater. Grande parte dos agricultores ainda usa formulações de adubo do tipo 7-11-9, destinado para plantação de batatas, em plantações de milho, nas quais deveria usar formulações do tipo 5-20-10; 5-20-15 ou 5-30-10, ou semelhantes. Existem ainda aqueles que plantam suas lavouras na resteva de fumo e quase nada de fertilizante aplicam, tentando produzir apenas com o efeito residual do adubo aplicado na lavoura anterior.

4.5A produtividade

Aqui entra a questão da produtividade média das principais culturas exploradas no município pelos agricultores familiares. Evidentemente que existem alguns agricultores que obtém excelentes resultados em suas explorações, mas, de uma maneira geral, a média do município situa-se bem abaixo da que poderia ser obtida com melhores técnicas, uma delas o plantio direto, principalmente em anos em que a deficiência hídrica fica mais acentuada. No caso do milho, a produtividade média do município é de 3.600 quilos/há em propriedades bem conduzidas, conforme informações da EMATER, enquanto na região de Passo Fundo situa-se ao redor de 5.000 quilos/há. Mas se considerarmos a média histórica do período de 1996 a 2004, segundo dados do IBGE/Produção Agrícola Municipal, a produtividade média do município ficou em apenas 2.240 quilos por hectare. A soja tem média de 2.100 quilos/há, contra médias de 2.700 quilos/há. O feijão tem média de 1.500 quilos/há contra médias de 2.400 quilos/há. A principal cultura do município em

termos de agricultura familiar, o fumo, em média, também tem uma produtividade inferior a região como Santa Cruz, ficando em torno de 1.780 quilos contra 2.351 quilos/há. A produção média de leite situa-se ao redor de 10 litros por dia por vaca, enquanto criações mais bem conduzidas, assistidas pelos departamentos técnicos das empresas de laticínios, obtêm resultados médios acima de 15 litros. Mas se considerada apenas a agricultura familiar, a média é muito menor, situando-se ao redor de 6 litros, conforme dados do IBGE/Produção Pecuária Municipal, para os anos de 2002 a 2004.

4.6A inadimplência

Temos observado que muitos agricultores tem procurado financiamento para a aquisição de tratores e implementos agrícolas, nos últimos 5 anos, na Agência do Banco do Brasil, em São Lourenço do Sul. Muitos outros, tem adquirido, principalmente tratores, através de bancos das próprias empresas fabricantes. A razão para isso é que a demanda por investimento na propriedade era muito grande, pois desde os anos 80, quando as taxas de juros ficaram perigosamente elevadas e acrescidas de correção monetária, até o início dos anos 90, principalmente 1994, quando a economia do país foi estabilizada, praticamente ninguém investiu nada em sua propriedade. A partir de 1997, foram feitos os primeiros contratos de investimento e, a partir de 1998 os primeiros de custeio, com taxas de juros fixas e sem correção monetária, pelo Pronaf, programa criado em 1995. Atualmente, os agricultores familiares de São Lourenço do Sul, já estão bastante bem aparelhados, embora ainda exista uma demanda bem razoável por financiamentos para investimentos. Entendemos que esse Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, através das diversas linhas de crédito colocadas a disposição dos agricultores, está atingindo o seu objetivo, que é o de melhorar a vida do pequeno produtor e, em decorrência dessa melhora, incentiva-lo a permanecer no meio rural. No entanto, e em decorrência do uso intensivo dessas linhas de crédito, grande parte dos produtores encontra-se com um montante de dívidas bastante elevadas, que, mesmo com taxas de juros fixos e baixos, representam um montante expressivo a ser pago anualmente. Esse endividamento é observado principalmente entre os produtores que tem o fumo como principal atividade, que vislumbravam altos lucros com a cultura em função das altas taxas da variação cambial de há

alguns anos, o que já não é realidade hoje devido à desvalorização do real frente ao dólar, não se confirmando, portanto, os altos preços vislumbrados anteriormente.

Alguns produtores se tornam inadimplentes porque adquiriram máquinas e implementos agrícolas inadequadas, por influência de vendedores das firmas fornecedoras. Outros, ainda, são levados pela inveja em relação aos vizinhos e parentes, a adquirir determinados bens que futuramente não vão conseguir pagar em dia. Existe também a parcela de produtores que faz uso indevido dos recursos obtidos com o financiamento do PRONAF, desviando-o da sua principal finalidade e posteriormente não tendo recursos para a sua quitação.

Podemos aqui, também levantar a questão dos movimentos sociais, das reivindicações das entidades representativas dos agricultores familiares, que alegam que seus representados se encontram em sérias dificuldades para pagamento dos seus compromissos, e dessa forma, necessitam da ajuda dos governos para solução de seus problemas, seja através de renegociações com prazos longos, seja através da concessão de descontos para o pagamento das dívidas. É sabido, e já demonstramos isso, que muitos agricultores realmente se encontram endividados. Porém, algumas entidades representativas, insistem em mostrar um ambiente bem pior do que a realidade, e, para isso, organizam protestos e manifestações. Tudo para pressionar os governos para atender seus pleitos e manter certo poder político sobre a classe dos pequenos produtores rurais, sendo essa usada como *massa de manobra*. De certa forma, defendem a idéia da anistia dos compromissos assumidos, o que se observa especialmente no caso dos assentados pelo INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. É necessário cautela ao analisar a inadimplência baseado em reivindicações de classe.

Quando perguntados sobre se a renda da propriedade é suficiente para pagar os compromissos, a grande maioria respondeu que sim, o que vem de encontro ao índice não muito elevado de inadimplência nos financiamentos realizados através do Pronaf, na Agência, ao redor de 1,4%, em 2007. No entanto, esse índice já foi superior a 5% em 2005 e 2006, tendo chegado a picos de 11%, quando da maior estiagem verificada no sul do país nos últimos 41 anos, segundo meteorologistas. Embora o índice atual em 1,4%, muitos agricultores estão adimplentes porque lhes foi facultado alongar o prazo de suas dívidas por mais dois anos e, entendemos que,

ao menor transtorno em suas safras, a inadimplência poderá estar novamente em níveis elevados.

É contraditório o fato da resposta a essa pergunta ser positiva. Se em praticamente todas as ocasiões em que o produtor se manifesta desiludido com a atividade agrícola, em função da baixa rentabilidade do setor, como tem renda suficiente para pagar seus compromissos?!

A resposta pode estar na renda das pessoas aposentadas, pais e avós, que residem na mesma propriedade, junto aos demais familiares. Com a aprovação da aposentadoria para os produtores rurais, homens e mulheres, a partir de 1988, com a nova constituição do país, praticamente todas as propriedades rurais tem uma pessoa que percebe pelo menos um salário mínimo nacional, o que representa uma renda extraordinária para o nível de vida das famílias do interior. Aliado a esse fato, tem-se ainda a redução no tamanho das famílias. Diversos estudos do IPEA indicam a importância da previdência social rural na distribuição de renda em todo o Brasil. Segundo dados do INSS, existem no município em torno de 6.500 benefícios rurais que percebem pelo menos um salário mínimo nacional, o que representa a injeção mensal de R\$2.500.000,00 na economia local. Não estamos aqui falando da *pluriatividade* analisada por Flavio Sacco dos Anjos, em seu trabalho intitulado *Pluriatividade e ruralidade: enigmas e falsos dilemas*, em outubro de 2001. Esse fenômeno da pluriatividade, que consiste na exploração da agricultura em tempo parcial, dedicando outra parte a outras atividades que não as agrícolas, também pode responder em parte essa questão, mas ainda é pouco representativa no município, embora em ritmo crescente.

A pluriatividade, deve ser entendida como fenômeno que ultrapassa a versão estrita que unicamente lhe associa com a industrialização regional, reconhecendo o *status* destas distintas formas associadas ao turismo, à indústria doméstica rural, ou mesmo à prestação de serviços, sempre e quando o foco de análise esteja dirigido à forma familiar de produção e às estratégias que os grupos domésticos adotam para garantir a reprodução material de seus membros.

4.70 capital de giro

Quanto à existência de recursos financeiros para emergências, 72% disse não os ter. Dos 28% que disseram ter recursos disponíveis, 50% têm esses recursos na mão de terceiros, ou seja, não depositados em bancos e sim, na mão de comerciantes, pequenos empresários, onde recebem uma remuneração maior do que em aplicações financeiras, porém sujeitos a não ter os recursos disponíveis em emergências, correndo ainda o risco de perder tudo se eventualmente o comerciante quebrar. De certa forma, é um negócio que satisfaz a ambas as partes, em situações normais, onde um ganha mais e outro paga menos em comparação a situações em que recorram a bancos para aplicar ou tomar recursos.

Como a grande maioria diz não ter recursos disponíveis, nota-se claramente a falta da idéia do capital de giro, pois os recursos, quando ingressam, são gastos ou investidos e nada é guardado para, por exemplo, poder pagar os compromissos da safra, sem precisar vender o produto colhido, a espera de melhor momento e preço para a venda, podendo, inclusive, fugir da pressão especulativa dos ditos *atravessadores*. Essa diferença de preço representa, na maioria das vezes, o lucro daquela safra.

A alegação para não fazer essa reserva, mesmo quando há ingresso de recursos, é a de que os rendimentos desses recursos aplicados não compensam porque são baixos, ou porque precisa adquirir insumos que aumentam mais do que o rendimento auferido, ou porque simplesmente prefere adquirir coisas materiais para seu conforto, satisfação ou ego, numa clara visão imediatista, sem perceber que poderia adquirir essas mesmas coisas com mais vantagem num momento futuro. Observamos que os produtores que conseguiram fazer essa reserva financeira são os que estão obtendo os melhores resultados em suas atividades, enquanto agricultores.

No levantamento realizado, 59% das famílias possuem trator, 77% possuem carro, 91% possuem televisores, 86% têm geladeiras, 68% têm frezeres, 73% possuem aparelho de som, 41% possuem forno elétrico, 27% possuem telefones fixos em suas residências, 73% possuem também celulares e 44% dos agricultores que produzem leite, possuem ordenhadeiras. Muitos agricultores possuem mais de um produto dos pesquisados, principalmente tratores, carros e televisores. A comunicação e a informação no meio rural é uma realidade, o que muda o comportamento das pessoas, que procuram atividades sociais, lazer e produtos

mais sofisticados. Alguns dizem que: *a crise no interior começa na segunda-feira e vai até a sexta-feira*, numa clara alusão de que existe dinheiro para o lazer do fim de semana.

Toda essa gama de produtos e comportamentos sociais torna a vida no meio rural, muito mais confortável do que a 20 ou 30 anos atrás, porém representam um custo substancial para sua manutenção, que é o responsável pela sensação de falta de renda da atividade no campo. Fosse feito um acompanhamento minucioso dos gastos e das rendas pelos produtores, verificaríamos que, talvez, a atividade agrícola não é assim tão deficitária, e, se o fosse, poderiam, eles, corrigir os rumos da mesma.

Tem se observado no âmbito da Agência, que muitos produtores não tem uma visão de futuro, não pensam em crescer, em evoluir. Preferem continuar “pequenos”, para continuarem sendo enquadrados como pequenos agricultores, no grupo classificado como Pronaf C, isto porque estes produtores fazem jus a um desconto de R\$ 200,00 por ano agrícola, quando do pagamento de seus financiamentos de custeio no banco. Isto por um período de seis vezes.

5CONTRIBUIÇÕES E CONCLUSÕES

Pelo que apuramos, podemos concluir que o fato de não existir uma mentalidade mais direcionada ao uso de tecnologias diversificadas, contribui sensivelmente para a baixa produtividade média das lavouras lourencianas. Podemos ainda dizer que, associado a uma mentalidade especulativa no momento de efetuar as vendas dos produtos colhidos sem a visão da formação de um preço médio, reduz drasticamente a capacidade de pagamento das famílias e, dessa forma, impossibilita a formação de uma reserva para emergências ou para servir de capital de giro. Neste momento forma-se um círculo vicioso no qual, sem capital de giro, o produtor se obriga a vender seus produtos nos momentos de pior preço, como já explicamos antes, diminuindo ainda mais a rentabilidade da propriedade e a formação dessa reserva.

De uma maneira geral, a Agência do Banco do Brasil tem contribuído substancialmente com a atividade rural do município, com a injeção anual de cerca de R\$22.000.000,00, sendo R\$15.000.000,00 só na Agricultura Familiar, o que, em última instância, favorece toda a cadeia produtiva do município, incluindo o setor comercial. As decisões sobre as atividades priorizadas pelo crédito através do Pronaf, sempre foi estabelecida em parceria com a Emater e o CAPEC – Conselho Agropecuário Municipal. Atualmente está sendo priorizado o financiamento destinado aos investimentos para beneficiar a atividade leiteira, fazendo com que muitos produtores que se dedicam à monocultura do fumo, passem a desenvolver atividades rurais mais diversificadas, dentro dos princípios preconizados pelo Desenvolvimento Regional Sustentável.

Certamente este trabalho de pesquisa poderia ser muito mais abrangente e de maneira nenhuma, esgota o assunto. Uma das dificuldades refere-se ao período do ano em que pudemos concentrar mente e esforços para essa pesquisa, que coincidiu justamente com o período de maior movimento das Agências, devido ao fato da época ser de pagamento de financiamentos concedidos e da concessão dos novos créditos para a nova safra.

De outra forma, como já mencionado, devido a grande dificuldade que a maioria dos pesquisados demonstrou em preencher os questionários, dificultou a interpretação e análise das respostas, exigindo a dedicação de maior tempo para a atividade.

Como recomendação, acreditamos que uma intensificação na divulgação e aplicação das técnicas de plantio direto e da aplicação de melhores tecnologias de uma forma geral, melhoraria o aspecto da produtividade, principalmente em anos de escassez hídrica, enquanto que uma maior diversificação das atividades reduziria de forma acentuada, os riscos inerentes à atividade. Continuar incentivando a formação de uma poupança como capital de giro, e formas de comercialização menos especulativas, poderiam ajudar na melhoria do aspecto da renda, do lucro. Da parte da empresa Banco do Brasil S.A, disponibilizar um maior número de funcionários para o atendimento dessa parcela de clientes no período de safra, mais precisamente nos meses de julho, agosto, setembro e outubro, época de pagamento dos financiamentos concedidos e concessão de novos créditos para a safra vindoura, poderia melhorar ainda mais o aspecto da orientação e informação financeira, que já é realizada, porém, de forma superficial e rápida, sob pena de não

atender a todos quando de seu comparecimento à Agência. Em consequência da adoção dessas medidas sugeridas, teríamos um cliente mais capitalizado e com potencial maior de realizar outros negócios com o banco, tirando esse produtor duma situação somente de assistência, inserindo-o como empreendedor e verdadeiro produtor de riquezas, o que, em última análise, é o objetivo principal a ser atingido pelos principais programas governamentais.

Como já dissemos, sem esgotar o assunto, cremos que nesse trabalho o objetivo principal foi atingido, pois conseguimos demonstrar os principais aspectos que levam o pequeno produtor a uma situação de baixa disponibilidade de caixa e conseguimos mostrar alguns caminhos que podem tirá-lo desse marasmo financeiro, e por consequência, contribuindo com a geração de emprego e renda no meio rural.

6REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO DO BRASIL SA. - Livro de Instruções Codificadas

BANCO DO BRASIL S.A - SISSBB

Zero Hora – Caderno Campo e Lavoura

www.mda.gov.br

<http://sacrahome.net/oestadodotriangulo>

Rede Globo-programa Globo Rural

Canal Rural

www.unicamp.br

www.pronaf.gov.br

www.seagri.ba.gov.br

www.bndes.gov.br

www.scielo.br – Agricultura Familiar e Políticas Públicas – O Impacto do Pronaf no RS

www.rsvirtual.net – Informações sobre municípios

www.ibge.gov.br

Hilsinger, Roni – Dissertação de Mestrado-Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Os efeitos do PRONAF no setor primário de São Lourenço do Sul,RS-1996/2006

ANEXO I

Ao responder este questionário você estará contribuindo para a realização de uma Monografia para o Programa de Pós-Graduação em Negócios Financeiros pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A SUA PARTICIPAÇÃO É FUNDAMENTAL PARA O SUCESSO DESTES TRABALHOS. DESDE JÁ AGRADEÇO A SUA COLABORAÇÃO.

Atenciosamente,

Guido Ludtke

Fones: 0XX-53-3251-2116

3311

QUESTÕES PARA OS PRODUTORES RURAIS:

1. Qual a principal renda da sua propriedade? _____
2. Quantos hectares você planta? Fumo:____; Milho:____; Soja:____; Feijão:____; Batata:____; Morango:____; Cebola:____; Arroz: ____; Leite(litros/ano):_____.
3. Quanto você produz? Fumo:_____ kgs/há; Milho:_____kgs/há; Soja:_____kgs/há; Feijão:_____kgs/há; Batata:____; Morango:_____kgs/há; Cebola:_____kgs/há; Arroz:____; Leite:_____lts p/vaca.
4. A renda da sua propriedade é suficiente para pagar todos os compromissos? ()Sim ()Não;
5. Você anota as rendas e as despesas para saber qual seu lucro ou prejuízo? ()Sim ()Não;
6. Você acha que a vida é melhor na cidade () ou no interior()? Porque?

7. A sua família tem quantos: ___Tratores; ___Carros; ___TVs; ___geladeiras; ___Freezers; ___Som; ___Forno Elétrico; ___Celulares; ___telefone fixo; ___ordenhadeiras;
8. Quantos filhos voce tem? ____; Você acha que eles vão continuar na colônia ou vão ir morar na cidade? () colônia; () cidade;
9. O que você acha do financiamento do Pronaf? ()ajuda; ()não faz diferença; () não ajuda.
10. Você acha que no financiamento do Pronaf tem: () muito desvio; () pouco desvio; () não tem desvio.
11. Como é o atendimento do pronaf no banco? ()ótimo; () bom; () regular; () ruim;
12. Se não está bom, o que poderia ser melhor?

13. Na sua propriedade se usa o plantio direto? () sim, em ___ há; () não

14. Você tem reserva de dinheiro para emergências? () sim; () não.

15. Onde esta reserva está depositada? () num banco; (), em casa; (), na mão de particulares.

16. Normalmente, o que você faz com o lucro da sua lavoura, quando tem lucro?

ANEXO II

Ao responder este questionário você estará contribuindo para a realização de uma Monografia para o Programa de Pós-Graduação em Negócios Financeiros pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A SUA PARTICIPAÇÃO É FUNDAMENTAL PARA O SUCESSO DESTES TRABALHOS. DESDE JÁ AGRADEÇO A SUA COLABORAÇÃO.

Atenciosamente,

Guido Ludtke

Fones: 0XX-53-3251-2116

3311

QUATROZES PARA OS TÉCNICOS DA EMATER:

16. Qual a produtividade média das principais culturas no município de São Lourenço do Sul? Qual a faixa de produção? (mínimo/máximo observado em função de tecnologias usadas)

<u>Cultura</u>	<u>média</u>	<u>mínimo</u>	<u>máximo</u>	<u>média região Passo Fundo</u>
Fumo	_____	_____	_____	_____
Milho	_____	_____	_____	_____
Soja	_____	_____	_____	_____
Feijão	_____	_____	_____	_____
Batata	_____	_____	_____	_____
Morango	_____	_____	_____	_____
Cebola	_____	_____	_____	_____
Arroz	_____	_____	_____	_____
Leite-lts/vaca	_____	_____	_____	_____

17. O uso do plantio direto está em nível satisfatório em São Lourenço do Sul? Se não, qual ou quais as principais causas? _____

- _____
- _____
- _____

QUESTÕES PARA OS TÉCNICOS DA EMATER E PARA O SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS E AGRICULTORES FAMILIARES:

18. Na sua opinião, qual o principal motivo da inadimplência do Pronaf (mesmo que reduzida) em São Lourenço do Sul? (motivo porque alguns não pagam as contas em dia).

- _____
- _____
- _____

10. Você acha que no financiamento do Pronaf em São Lourenço do Sul, tem:

() muito desvio; () pouco desvio; () não tem desvio